

REPENSAR A EPISTEME DA TEORIA DA COMUNICAÇÃO: INDAGAÇÕES COM FOUCAULT

*RETHINKING COMMUNICATION THEORY EPISTEMOLOGY: INQUERIES
WITH FOUCAULT*

*REPENSAR LA EPISTEME DE LA TEORIA DE LA COMUNICACIÓN:
INDAGACIONES COM FOUCAULT*

Luís Mauro Sá Martino ¹
lmsamartino@gmail.com

RESUMO

Quando a comunicação precisou de uma teoria? Este texto delineia três indagações sobre a episteme das Teorias da Comunicação. A partir de algumas concepções de Foucault, são estudadas as temáticas de 36 livros com esse título publicados entre 1969 e 2017, destacando as mudanças epistêmicas ligadas tanto ao poder, na implantação de cursos universitários e a necessidade política de um sistema de mídia para o país, quanto a um saber, na progressiva autonomia da Comunicação em relação às Ciências Sociais. Esse processo se desenvolve em três eixos: (1) uma descontinuidade genealógica entre Comunicação e Ciências Sociais, que leva a (2) uma demanda por teorias específicas “da comunicação”, dando origem (3) às proposições sobre o tema nos livros estudados.

Palavras-chave: Teoria da Comunicação. Epistemologia. Foucault.

¹ Professor da Faculdade Cásper Líbero, Faculdade Paulus de Comunicação (Fapcom) e Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap). Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa realizada com apoio do CNPq, processo no. 305133/2022-5.

ABSTRACT

When did communication need a theory? Grounded on the study of 36 communication theory books published from 1969 to 2017, and informed by a reading of Foucault, it argues that the outbreak of communication theories in Brazilian studies from 1960 onwards is related to an epistemic change related both to power, the rise of university courses and the political need to implement a media system, and to knowledge, the autonomy of communication from Social Sciences. The process unfolds as (1) there is a genealogical discontinuity between Communication and Social Sciences, which leads to (2) a demand for theories to be called ‘communication’ and constitutes (3) the discourse on communication theory as present in the books.

Key words: Communication Theory. Epistemology. Foucault.

RESUMEN

¿Cuándo necesitó la comunicación una teoría? Basado en el estudio de 36 libros de teoría de la comunicación publicados entre 1969 y 2017, e informado por la lectura de Foucault, este estudio argumenta que el auge de las teorías de la comunicación en los estudios brasileños a partir de 1960 se relaciona con un cambio epistémico vinculado tanto al poder, con los cursos universitarios y la necesidad política de implementar un sistema de medios, y al saber, en la autonomía de la comunicación de las ciencias sociales). El proceso se desarrolló en cuanto (1) se produce una discontinuidad genealógica entre la comunicación y las ciencias sociales, lo que lleva a (2) una demanda de teorías que se denominen “comunicación” y constituye (3) el discurso sobre la teoría de la comunicación presente en los libros.

Palabras clave: Teoría de la comunicación. Epistemología. Foucault.

1 INTRODUÇÃO

O título deste texto é uma referência ao livro de Quiroga (2013), intitulado “Pensar a episteme comunicacional”, voltado para pensar as condições de estabelecimento de um saber científico sobre a Comunicação. A palavra “episteme”, por seu turno, é parte do vocabulário de Michael Foucault, termo relacionado às possibilidades de definição dos modos de conhecer de uma época, pensando o desenvolvimento dos saberes em diálogo tensional com o poder.

“Repensar” a episteme comunicacional, assim, faz referência imediata a uma perspectiva que, ancorada em Foucault, busca compreender algumas das condições de desenvolvimento dos saberes teóricos da Área. Trata-se de uma perspectiva em progresso, diálogo polifônico trabalhado por várias autorias, dentre as quais se pode destacar França (2001; 2014), Marcondes Filho (2007; 2011; 2016), Ferrara (2012; 2013), L. C. Martino (2007; 2017), Rüdiger (2022) e Aatoria (2011; 2012; 2018a), em uma lista longe de ser exaustiva.

Este texto busca contribuir com esse diálogo a partir da retomada de algumas proposições de Foucault para pensar determinadas problemáticas do saber comunicacional voltada para a compreensão do desenvolvimento das Teorias da Comunicação. Pensar a episteme comunicacional parece abrir caminho para o endereçamento de um olhar para as teorias trabalhadas na Área e questionar, a partir de Foucault (1996; 2012): em quais circunstâncias certas proposições e enunciados passam a ser compreendidos como “teoria da comunicação”?

Essa pergunta comporta ao menos três desdobramentos.

Primeiro, perguntar qual seria uma genealogia possível das teorias da comunicação a partir de um de seus correlatos imediatos em outras ciências; segundo, entender a partir de quais condições foi necessário estabelecer um conjunto teórico como sendo “teoria da comunicação”; finalmente, pergunta-se de que maneira esses aspectos se manifestam na constituição de uma teoria da comunicação no Brasil. Não se trata de fazer uma história das teorias, como Mattelart e Mattelart (1999), Melo (2009) ou Löblich (2011), mas, na observação de seu conjunto, delinear algumas de suas condições de emergência.

Na medida em que se busca compreender as formas de estabelecimento de um discurso sobre Teoria da Comunicação, entende-se que a empiria deve procurar os espaços de sua manifestação discursiva. Nesse sentido, os livros intitulados “Teoria da Comunicação” se apresentam como a possibilidade de eleição como objeto empírico, não apenas por sua abrangência temporal, estendendo-se de Vellozo (1969) até França e Simões (2017), mas também pela possibilidade de se verificar de que maneira enunciados diversos são agrupados sob esse título.

Além disso, enquanto representativos da institucionalização de um saber – trata-se, em sua maioria, de livros-texto voltados para o ensino universitário – eles se apresentam como representativos da presença dessa temática em um espaço institucionalizado de saber que se entrelaça, em alguma medida, também com esferas de poder. Desse modo, foram estudados os temas dos 36 livros publicados entre 1969 e 2017. Por razões de espaço, constam das referências apenas os trabalhos citados nominalmente neste texto. Buscou-se uma aproximação do conjunto de teorias apresentados em cada livro, sem um maior detalhamento, também por questões de tamanho, da maneira como conceitos e ideias são apresentados.

Em termos teóricos, trabalha-se a partir de uma leitura dos textos de Foucault relacionados ao desenvolvimento dos sistemas de saber. Não se trata de pensar a presença do autor francês nos estudos comunicacionais, nem a pretensão de apresentar ou resumir suas ideias, mas propor uma leitura “com Foucault” ou “a partir de Foucault”, sem a busca de fazer uma exegese de sua obra. Optou-se, dessa maneira, por não fazer uma apresentação teórica à parte, mas acionar os conceitos conforme demandados no diálogo com a empiria.

O texto nasce de inquietações presentes no estudo da Teoria da Comunicação e da docência da disciplina; é, portanto, como participante do jogo que se reflete a seu respeito; é um olhar “de dentro”, construído no diálogo com a prática e com o discurso docente no cotidiano do ensino de Comunicação.

No que se segue, o argumento é desenvolvido em três tempos: (1) as descontinuidades genealógicas entre as ciências sociais e a comunicação; (2) a demanda pela teoria como parte da episteme de uma área; (3) uma leitura pensando as categorias foucaultianas em diálogo com a empiria do discurso brasileiro sobre Teoria da

Comunicação. Este artigo retoma e prossegue trabalhos anteriores (Autoria, 2011; 2012; 2018a; 2018b).

2 A GENEALOGIA COMO CAMPO DE POSSIBILIDADES

Qual seria uma genealogia possível dos estudos de comunicação?

Esse tipo de pergunta acarreta em si alguns riscos. Primeiro, o anacronismo de tentar encontrar estudos de “comunicação” onde essa preocupação, em termos epistemológicos, não existia. Um segundo risco é pensar em termos de “continuidade” ou “ramificação”, com ecos da ideia apresentada por Descartes (2011) de uma “árvore do conhecimento”, na qual cada ciência derivaria em termos “naturais” de outra – tipo de compreensão que Foucault (2016), em sua perspectiva genealógica, se esforça para evitar. Finalmente, há o risco de se procurar mais um “estudo fundador”, anterior a todos os outros, a partir do qual se poderia derivar uma genealogia adequada aos objetivos de legitimação do presente: a definição de um encadeamento histórico-causal não deixa de ter uma dimensão política, e aos espaços de destaque de uma noção finalista de história, Foucault (2016) opõe a perspectiva de uma genealogia que destaca também as descontinuidades.

Uma problema inicial, quando se observa os 36 livros do objeto empírico, é que nenhuma das teorias presentes nos estudos de comunicação foi criada como “teoria da comunicação”. Esse discurso é apresentado como dotado de uma certa linearidade, com as “teorias” se sucedendo dentro de uma ordem relativamente esperada de proposições sobre “comunicação”. No entanto, o conjunto de autoras e autores apresentados, na maior parte dos casos, estavam distantes do que se poderia chamar de um estudo de “comunicação”.

A título de exemplo, para tomar apenas algumas das teorias mais citadas nos livros, os estudos de Lasswell ou Lazarsfeld estavam ligados à Ciência Política e à Sociologia, voltados para o conhecimento dos efeitos dos meios de comunicação de massa; os trabalhos reunidos sob o nome de “Escola de Frankfurt” eram originários da Filosofia e tinham como objetivo a crítica da Modernidade, da qual a mídia era apenas uma das dimensões; o estudo dos meios levado a efeito pela Escola de Toronto, com

Innis e McLuhan, apresenta-se entre uma Filosofia da Técnica ligada à História, aos quais se pode somar a sociologia crítica desenvolvida pelos trabalhos relacionados à Teoria das Mediações, dentro de uma preocupação em compreender a recepção da mídia em um contexto latino-americano. A esse cenário somam-se contribuições vindas das várias Teorias da Linguagem e do Discurso, bem como da Semiótica – voltadas, primariamente, para a compreensão da linguagem ou de sistemas de signos.

Dessa maneira, seria possível dizer que boa parte do que se chama de “Teoria da Comunicação” trata-se, a rigor, de contribuições das Ciências Sociais, de um lado, e das Análises de Discurso, de outro, às quais se somam elementos da Filosofia e, em termos mais restritos, da Psicologia e da Psicanálise.

Um caminho possível para compreender esse cenário é observar as formas de produção discursiva e institucionalização de um saber, procurando as possibilidades de se desenhar um percurso genealógico, tendo em mente sua incompletude, as lacunas e saltos existentes. Em sua ramificação, ela se relaciona portanto com as “Ciências Sociais”, de onde é possível estabelecer uma origem, na concepção de Craig (1999), Donsbach (2006) ou Calhoun (2011).

A classificação das Áreas de Conhecimento apresentada pelo CNPq coloca a Comunicação como parte da área “Ciência Social Aplicada”. Cerca de duas décadas atrás, autores como Braga (2001) e Barros (2003) endereçaram alguns questionamentos a esse tipo de classificação que, de alguma maneira, colocava a Comunicação como sendo, de alguma maneira, derivada de estudos dentro das Ciências Sociais, o que a tornaria próxima de determinadas concepções teórica e metodológicas. Essa classificação, no entanto, se manteve e, institucionalmente, a Comunicação é uma Ciência Social Aplicada. É importante notar que a concepção não foi elaborada de maneira isolada: ainda nos anos 1960, como relembra Pignatari (1971), um dos momentos de reformulação dos cursos ligados à área, optou-se pelo termo “Comunicação Social” para designar esses estudos.

Qual genealogia se pode traçar a partir daí?

As então recém-criadas ciências sociais, a partir da segunda metade do século XIX, progressivamente começam a prestar atenção na comunicação como um elemento distintivo das interações sociais que poderia ser estudado em seu próprio mérito; é dessa

maneira que começa a se delinear a possibilidade de se compreender a interação comunicacional como um problema por si só. Sem a pretensão de reconstrução genealógica ou exaustiva, é importante indicar alguns marcadores desse movimento que torna o estudo da comunicação possível.

O trabalho fundador de Harriet Martineau (2025) na Sociologia, o livro “Como estudar moral e costumes” dedica um capítulo ao estudo do “discurso”, como denomina, voltado a entender de que maneira os modos de fala de um povo estão ligados ao seu caráter, costumes e mentalidade. Seria talvez um anacronismo querer ver nisso um estudo de “comunicação”, mas é importante salientar como a autora coloca a comunicação verbal no centro de um conjunto de interações sociais: mais do que um acessório, a comunicação é, para a autora, um elemento indispensável à fundação e organização do social.

Em perspectiva diversa, é Durkheim (1995), em “As formas elementares da vida religiosa”, quem trabalha uma concepção do social que destaca, na esfera do religioso, a comunicação como elemento central. Para o autor francês (1995, p. 459), “o fiel que se comunicou com seu deus”, está dotado de características especiais que podem, em condições determinadas e específicas, ser compartilhados com outras pessoas de seu povo, estabelecendo o sentido de um “comum” derivado da comunicação previamente estabelecida com a divindade. A comunicação assume certa centralidade, ainda que momentânea, no laço de solidariedade social.

Situado em outra esfera do pensamento sociológico, “A opinião e as massas”, de Gabriel Tarde (2005), pensa de que maneira a comunicação cotidiana, tal como manifesta nas conversações a respeito de questões políticas e de interesse público, se apresenta como um elemento relevante para fundamentar a existência de um social pautado da formação de vínculos horizontais entre os indivíduos: falar, ouvir e ser ouvido se apresentam como condições fundamentais de existência do político dentro da sociedade e uma boa comunicação está ligada ao potencial para a ação em relação às condições nas quais se vive.

A obra fundadora de Max Weber (1991), “Economia e Sociedade”, dedica seus primeiros capítulos ao conceito de ação social, trazendo uma perspectiva relacional que será largamente utilizada, uma geração depois, pela sociologia fenomenológica de

Schutz (2018) e, mais para frente, com o construcionismo social de Berger e Luckmann (1991). Existe na obra uma preocupação em conhecer o “sentido” ou o “significado” de uma determinada relação para os sujeitos envolvidos. Dessa maneira, como observado em outro momento (Autoria, 2003), a questão do significado se apresenta como um elemento de destaque nesse momento do discurso sociológico weberiano.

Certamente vários outros trabalhos poderiam ser acrescentados a essa lista. No entanto, na medida em que não existe aqui pretensão de exaustividade, apresentam-se esses trabalhos como representativos do argumento: um aspecto do social denominado “comunicação” se mostrava latente dentro das concepções das ciências sociais no século XIX. Uma das características da episteme, lembra Foucault (2011; 2016), é criar, junto com as condições de visibilidade de um objeto e as delimitações de sua empiria – no sentido de permitir ver fenômenos e aspectos até então fora do foco do interesse científico – um repertório de discursos teóricos voltados para a sedimentação de um conhecimento a seu respeito que possa ser progressivamente construído.

É a partir do século XX que esse movimento tende a se acentuar, com a progressiva transformação da possibilidade em necessidade, sobretudo com os trabalhos de Charles H. Cooley (1953), escritos em 1909, voltados para pensar a comunicação como um aspecto delimitado do social, que não apenas não se confundia com outros como também era dotado de características próprias, demandando um método específico e condições próprias para sua observação.

O percurso tem uma variante ligada à questão da loucura. Os estudos de Gregory Bateson (1978), secundados por Paul Watzlawick (1995), se dedicam diretamente aos estudos de comunicação a partir de uma perspectiva de compreensão dos processos de desenvolvimento da esquizofrenia, chegando, dessa maneira, a um entendimento da comunicação não apenas como um processo simbólico fundamental para o estabelecimento da noção de realidade nos sujeitos – seu correlato negativo estaria na dissolução do conjunto da personalidade na cisão esquizofrênica do sujeito a partir de uma comunicação auto-contraditória, responsável pela formação de vínculos duplos.

A “comunicação” emerge como um assunto que demanda uma teorização tanto mais complexa e relevante quanto mais se observar de que modo os “meios de comunicação” se relacionam com o conjunto da sociedade, culminando, como destaca

Varão (2009), com a definição desse termo no Seminário Rockefeller do início dos anos 1950.

A comunicação humana, amplificada progressivamente pelos meios técnicos, demandava atenção específica e, por isso mesmo, precisava do desenvolvimento de perspectivas que permitissem problematizá-la. Diante da emergência discursiva do objeto, a definição de um episteme requeria o desenvolvimento de um aspecto teórico: uma área de comunicação precisa, para garantir sua legitimidade epistêmica e alcance epistemológico, de teorias da comunicação.

3 A CONSTRUÇÃO DA DEMANDA PELA TEORIA

Quando a comunicação precisou de uma teoria? Essa pergunta pode provocar, de saída, questionamentos a respeito de sua pertinência ou sobre a possibilidade de sua formulação, sobretudo na medida em que a ideia de um objeto – a comunicação, no caso – vir a “precisar” de uma teoria poderia desafiar uma possível lógica da ciência na qual, espera-se, objetos são formulados a partir de construções teórico-metodológicas, e não o contrário. Em uma concepção que talvez possa ser considerada clássica ou positivista de ciência, espera-se que teorias sejam formuladas a partir da investigação de um objeto.

No entanto, de certa maneira, é essa perspectiva lógica que as formulações epistemológicas de Foucault (1996; 2012) procuram desafiar, em um convite para desnaturalizar as relações entre fenômenos, objetos empíricos e teorias, como se esses três elementos derivassem de um único e mesmo encadeamento. Pode-se pensar, com Ferrara (2013), que a construção do objeto comunicacional caminha “da epistemologia ao empírico”, sem uma solução causal mas a partir de aberturas e descontinuidades. Foucault (2005; 2012) mostra que o desdobramento das formulações teóricas a respeito de um objeto não se constitui a partir de uma relação necessária entre o observável e o lógico, mas dentro de uma certa arbitrariedade constituída dentro das possibilidades de visibilidade implementadas pela episteme de uma época.

Dessa maneira, a ideia da existência de um fenômeno que possa ser denominado “comunicação” não implica necessariamente a demanda por um movimento conceitual voltado à formulação de teorias para sua compreensão. A perspectiva do conhecimento

traçada por Foucault permite observar que se trata, antes, de um movimento no sentido de considerar o objeto como sendo um ponto a partir do qual se pode ou deve teorizar. Não se cria teorias a respeito de qualquer fenômeno, mas em relação àqueles considerados como dotados de características que permitam a formulação de um discurso de tipo especial – o discurso teórico – sobre eles.

Vale, portanto, pensar a partir de que momento foi possível pensar a comunicação como um fenômeno ou objeto a respeito do qual era necessário formular um discurso teórico voltado para acentuar determinadas condições de visibilidade voltadas para ressaltar alguns de seus aspectos, tornando-a inteligível dentro de uma concepção de “ciência” – em outras palavras, a partir de quais condições torna-se possível e necessária a elaboração de um discurso científico sobre a comunicação.

Uma das portas de entrada é, pensando a partir de Foucault (2011), destacar duas condições: de um lado, a possibilidade de uma teoria da comunicação e, em seguida, sua necessidade.

Ao que tudo indica, nem todo saber é passível, imediatamente, de ser trabalhado em termos dessa trama de conceitos às quais se chama “teoria”: historicamente, de um elemento de classificação entre saberes associados a diferentes tempos e espaços – é o que estabelece, se é possível extrapolar uma argumentação de Foucault (2011), o progressivo monopólio do discurso científico como legitimador de certos saberes diante de outros.

Perguntar quando um determinado tipo de conhecimento passa a demandar o acompanhamento de um saber teórico significa observar o que se considera “importante” – ou “digno” – pela episteme de uma época a ponto de precisar de proposições específicas voltadas para sua compreensão, um discurso que possa ser não apenas formulado mas, como ressalta Bachelard (1977) também ensinado em termos teóricos, garantindo a possibilidade de sua transmissão e desenvolvimento futuro.

Foucault (2005; 2011; 2012) mostra como o ato de teorizar sobre um fato ou objeto não é, de modo algum, natural ou espontâneo, e não está ligado a uma importância intrínseca de um determinado fenômeno; ao contrário, o movimento de atribuição de importância a um determinado recorte da realidade cria a necessidade de

formulação de um saber a seu respeito que transcenda a experiência cotidiana na busca de ressaltar aspectos menos visíveis, mas não menos importantes, de sua constituição.

Em vista disso, é possível retomar a questão: quando uma teoria se torna necessária a uma área de conhecimento? Trabalha-se uma concepção de “teoria”, na esteira de Lima (1998) e Barros (2018), como um conjunto de proposições conceituais elaboradas a respeito de um determinado fato, fenômeno ou objeto específico.

O conhecimento teórico se apresenta como uma ruptura epistemológica, no sentido dado por Bachelard (2014), com as concepções do senso comum – embora possa, como ressalta o autor, partir desse tipo de concepção. A elaboração de proposições sobre um determinado objeto ou fenômeno é o indicativo de seu potencial para despertar uma reflexão “teórica”.

Um segundo ponto deriva desse: o estabelecimento do status social de um saber é um movimento progressivo de fortalecimento de suas características institucionais, epistemológicas e pedagógicas. Foucault (2010; 2014; 2016) sugere como essas três dimensões estão relacionadas à validade de um tipo de classificação do conhecimento. O estabelecimento institucional de um determinado saber e sua transformação em área reconhecida demanda a elaboração de uma trama epistemológica que se converte em um saber teórico – apto, portanto, a ser debatido no âmbito específico de uma corporação, não de ofício mas de conhecimento, e ensinado dentro de um regime de disciplinarização desse saber.

A apreensão do objeto pela teoria não parece ser possível se não em termos de uma disciplinaridade, jogando-se, aqui, com os dois sentidos da palavra “disciplina”, enquanto componente acadêmico e forma de autoridade. Uma área provida de teorias específicas é, ao mesmo tempo, dotada de uma autoridade para se afirmar perante suas correlatas.

Assim, quando um discurso científico, legítimo e legitimado por sua institucionalidade, se volta para um grupo de fenômenos e começa a agrupá-los sob o nome de “comunicação”, é preciso imediatamente pensar de que maneira ele se torna possível, sob risco de uma reificação do conceito, que passaria ser considerado fora de qualquer condição histórica, política e social. Dessa maneira, à pergunta “de qual comunicação estamos falando?”, formulada por França (2001), pode-se adicionar o

questionamento a respeito das formas como se chega, em um determinado momento histórico, o início do século XX, a falar de algo como sendo “comunicação”.

No caso brasileiro, esse movimento se objetiva, a partir dos anos 1960, com a formulação de um discurso teórico sobre comunicação que se apresenta, de maneira concreta, como 36 livros-texto sobre o tema publicados entre 1969 e 2017. Isso leva ao próximo item.

4 A TEORIA NO ESPAÇO DE SABER-PODER

O exame dos livros de Teoria da Comunicação publicados entre 1969 e 2017 permite compreender, a partir dos estudos de Foucault, tanto aspectos arqueológicos quanto genealógicos do pensamento teórico dentro da área, bem como à fundamentação de uma episteme comunicacional. O espaço de quase sessenta anos de desenvolvimento desse discurso permite endereçar alguns questionamentos referentes às próprias condições de produção desse tipo de material – o aspecto do poder ligado à produção desses saberes.

A data inicial, 1969, é sintomática na medida em que se pensa tanto no contexto político e social do momento, os primeiros anos do regime militar, quanto em termos do desenvolvimento de cursos universitários para a formação em comunicação, voltados para atender a uma demanda crescente de uma sociedade já, naquele momento, plenamente entrelaçada com os meios principais – o jornal e o rádio, acompanhados do progressivo avanço da televisão, que se tornaria hegemônica a partir daquele momento.

Pensar a comunicação, naquele momento, apresenta uma dificuldade: qual comunicação estudar? Como encontrar um ponto de partida epistêmico para a compreensão de um fenômeno de matizes relativamente indefinidos, caracterizado por várias transversalidades? Teorizar a comunicação implicaria pensar a quais lugares se dirigiria a formulação de enunciados e proposições voltados para sua conceitualização. A especificidade do comunicacional parece ter se colocado como um “obstáculo epistemológico”, no sentido indicado por Bachelard (2014), na formação de um conjunto de teorias específicas para a Área.

A fundação de uma episteme comunicacional se situa, inicialmente, como derivada não necessariamente de um saber, mas sobretudo de sua alocação dentro de um duplo espaço de poder. De um lado, o projeto de integração nacional do governo da época, pautado, entre outras coisas, na formação de um sistema de comunicação capaz de atingir todo o território brasileiro, de maneira alinhada com as propostas do regime. De outro, a institucionalização dos cursos universitários de comunicação, em substituição aos até então existentes cursos de Jornalismo, Publicidade e Propaganda e Relações Públicas, agrupados a partir de 1969 sob o nome de “Comunicação Social”. Assim, o pensamento comunicacional não é elaborado apenas a partir de uma relação com as matrizes epistêmicas anteriores das Ciências Sociais, mas encontra um terreno fértil no momento em que é revestido de um caráter quase “oficial” de uma demanda de tornar visíveis processos até então não observados em detalhe.

As teorias da comunicação, no Brasil, se desenvolvem dentro de um dispositivo de poder formado, como explica Foucault (2013), por vários componentes heterogêneos mas que, em seu conjunto, são responsáveis por gerar uma série de processos – disposições – voltados para uma determinada finalidade.

O poder institucionalizado, isto é, dotado de procedimentos, regras e padrões voltados para a impessoalidade, isto é, do reforço ao aspecto da norma e da normatização em relação aos sujeitos com os quais lidam, garante a continuidade de suas atividades mesmo diante de problemas localizados em outros componentes: a heterogeneidade do dispositivo, relembra Foucault (2013), permite esse tipo de descompasso eventual das partes em relação ao todo na medida em que não se prejudique o conjunto: dessa maneira, existissem ou não teorias da comunicação, os cursos universitários da área já existiam e demandavam o desenvolvimento desse tipo de pensamento. Talvez não seja coincidência, a partir daí, o início da elaboração de manuais e livros-texto, bem como de apostilas voltadas para o ensino de Teoria da Comunicação em cursos universitários.

O fato assinalado desses primeiros livros trazerem para a comunicação enunciados de várias áreas pode ser compreendido em termos da necessidade de se estabelecer um discurso teórico a ser ensinado: um curso superior de comunicação exigia necessariamente um saber específico – o dispositivo universitário novamente

entrava em ação no sentido de demandar a elaboração de um conhecimento teórico, isto é, dotado de uma complexidade capaz de romper com os postulados do senso comum e se estabelecer como equivalente de seus correlatos acadêmicos de outras áreas (Castro, 2009).

Pode residir nesse momento a origem de uma concepção de Teoria da Comunicação como um conjunto heterogêneo de enunciados concorrentes voltados, cada um deles, para definir “comunicação” a partir de suas áreas de origem, sem necessariamente estarem relacionados entre si, argumento avançado por França (2001), L. C. Martino (2005; 2007), Ferreira (2007) ou Autoria (2008; 2018). Este parece ser outro dos problemas epistemológicos de origem do campo: agrupados de maneira mais ou menos imediata diante das demandas do dispositivo universitário, os saberes teóricos associados à Comunicação caminham de maneira paralela entre si, sem necessariamente estabelecerem uma relação de aproximações, refutações ou um diálogo interdisciplinar mais aprofundado. O fato de as teorias da comunicação não apresentarem um consenso mínimo a respeito de seu objeto, de alguma maneira, parece estar na origem de uma crise epistêmica permanente da Área: sem a possibilidade de estabelecimento de diálogos, não há também a perspectiva de antagonismos e tensionamentos a partir das quais, por meio de refutações, críticas e tensionamentos mútuos fosse possível trabalhar continuidades e rupturas dentro da Área.

Há, assim, um primeiro momento de descontinuidade na instauração da pesquisa em Comunicação no Brasil: não se segue necessariamente o que poderia ser o desenvolvimento de uma trilha de investigações sobre o fenômeno comunicacional derivados das Ciências Sociais, mas trabalha-se a partir da necessidade de estabelecimento de um saber específico para dar conta das demandas de um poder responsável por instituir a comunicação como uma prioridade, tanto em termos políticos quanto universitários.

Ao que tudo indica, a situação se apresentava em termos de uma urgência, a saber, a demanda de suprir um espaço de saberes com enunciados e proposições a respeito de um fenômeno relativamente desconhecido, de contornos indefinidos e sem uma elaboração prévia em outras áreas de conhecimento. A situação não deixava de comportar certa tautologia: instituída a comunicação como espaço institucional de

produção de saber, era necessário definir que tipos de saberes seriam produzidos nesses espaços. O resultado imediato foi a composição de uma epistemologia, não sem algo de paradoxal, definida por sua indefinição: os primeiros livros intitulados “Teoria da Comunicação” apresentam uma ampla abrangência de saberes mais ou menos costurados vindos de áreas distantes entre si como a Biologia, a Matemática, a Cibernética, Semiótica e Teorias da Linguagem e a Teoria dos Sistemas, cada uma delas apresentando sua própria definição de “comunicação” – que, em alguns casos, nada tinha em comum com as demais.

Apenas a centralidade de um poder era capaz de conferir algum tipo de sentido a essa malha de enunciados e proposições vindas de campos diversos em torno de um mesmo eixo definido pelo nome geral de “comunicação”: as demandas de um modelo universitário já constituído – e, portanto, dotado de suas próprias condições de produção de um tipo de discurso científico – se apresentavam como o ponto central aglutinador de uma variedade de estudos que, retirados de seu contexto original, passavam a ser agregados sob o nome de “Teoria da Comunicação”.

Um segundo momento de descontinuidade pode ser localizado, nos livros-texto, com os trabalhos produzidos a partir do final da década de 1990, começando com Rüdiger (1998) e prolongando-se até França e Guimarães (2016) e Marcondes Filho (2018), no qual se afirma o modelo da divisão por “escolas teóricas”, já apontadas por Lima (1983). São deixados de lado, nesse movimento, as conceituações biológicas, matemáticas e históricas em prol de uma taxonomia pautada pelo agrupamento das teorias de acordo com sua localização geográfica, autoria principal ou perspectiva política. Nos livros-texto publicados a partir de 1998 é possível encontrar sobreposições em termos dessas classificações, sugerindo uma ausência de consenso, em termos meta-teóricos, a respeito de como agrupar essas proposições.

A pluralidade de caminhos justapostos, mantidos unidos por um dispositivo de poder, mas sem um maior diálogo entre si passa a se apresentar como uma característica do discurso sobre o saber comunicacional que não parece necessariamente derivar para seus aspectos institucionais: do mesmo modo que as teorias da comunicação não parecem dialogar entre si, os diversos interesses de investigação da Área crescem de maneira mais ou menos autônoma, cada um com seu referencial teórico próprio, ligado

às suas áreas de origem – e, em alguns casos, encontrando o aspecto “comunicacional” às vezes como sinônimo de “mídia”.

Dessa maneira, apenas a título de exemplo, em termos de aporte teórico-metodológico, um estudo monográfico de comunicação poderia ser um estudo sobre a maneira como um tema “x” aparece em um telejornal ou nas postagens de uma rede social; seu referencial teórico estaria ligado ao tema “x” a partir de um viés político ou sociológico; sua análise seria feita a partir de uma teoria do discurso ou de um estudo de conteúdo, às vezes secundados por questões contextuais que demandariam o acionamento de um repertório de estudos da Filosofia ou das Ciências Sociais.

Se, evidentemente, não se está colocando em jogo a validade ou pertinência desse tipo de abordagem, é possível questionar em que medida esses problemas de matriz epistêmica na área de comunicação não estão relacionados ao fato de que parte considerável das divisões e classificações dos espaços de conhecimento da Área – visíveis tanto nos livros-texto de Teoria da Comunicação quanto na disposição dos Grupos de Trabalho de eventos da Área e divisões de cursos – estejam agrupados em torno de empirias de delimitação fenomênica imediata.

A partir de Foucault (2011; 2016), entende-se que a visibilidade dos fenômenos empíricos reside no interior de um discurso elaborado na forma de enunciados, proposições e formulações conceituais a respeito da realidade que destacam alguns de seus aspectos. Dessa maneira, pode-se compreender porque a variedade de enunciados teóricos sobre a Comunicação desde sua origem parece encontrar sua derivação – seria arriscado falar em “causa” ou “consequência” – na amplitude de fenômenos empíricos apresentados como “comunicação” e, portanto, passíveis de um estudo teórico. A arqueologia do discurso sobre Teoria da Comunicação sugere que, embora exista um recorte conceitual nas teorias da área a partir dos livros-texto produzidos de 1998, as matrizes seguem as genealogias próprias de suas Áreas de origem.

5 CONSIDERAÇÕES

Em seu comentário sobre Foucault, Deleuze (1988) recorda que a constituição de uma perspectiva epistemológica, em qualquer área do saber, está relacionada à

formulação de proposições teórico-discursivas responsáveis por definir os campos de visibilidade, de produção de investigações e de validade dos conhecimentos elaborados. Valeria, nesse caso, retomar a consideração de Lucrécia Ferrara (2014) em relação às diferenciações necessárias para se compreender a empiria como parte do processo epistemológico, não necessariamente seu ponto de origem. A autora, se não deixa de reconhecer o aspecto importante do empírico na constituição de um saber, recorda a necessidade de entender que as empirias não se estabelecem de maneira autônoma, mas são resultantes de tensionamentos entre perspectivas dentro de um debate epistemológico.

No entanto, como recorda Foucault (2016), a aparente naturalidade desse movimento esconde a perspectiva de que toda concepção discursiva a respeito de um objeto é responsável pela indicação não apenas de suas regiões de visibilidade, mas também de sombra. Se, em um sentido comum, a ciência ajudaria a “trazer à luz”, nos termos de um “esclarecimento”, determinados aspectos da realidade ainda não visíveis senão quando focalizados por um tipo específico de racionalidade, Foucault lembra que todo movimento de trazer visibilidade para determinados aspectos da realidade conduz também à invisibilidade de outros. O discurso científico, nesse sentido, tanto revela quanto oculta, e, diante de categorias que se apresentam à apreensão imediata como “científicas” por sua lógica classificatória, é possível imediatamente perguntar quais aspectos ficaram em segundo plano, fora das regiões de visibilidade epistemológica e, portanto, fora de uma perspectiva de conceitualização.

A ideia de uma “teoria da comunicação” se apresenta como possibilidade a partir do momento em que o conceito começa a se tornar relativamente independente, ainda que com contornos indefinidos, de outras formulações teóricas. A “comunicação” se torna visível como fenômeno no momento em que é delimitada por um discurso a seu respeito que permite caracterizá-la em termos de uma semelhança geral e uma diferença específica em relação a outros fenômenos correlatos: neste momento, quando se fala nesses termos, ainda se está dentro de uma lógica clássica – a delimitação se dá por identidade e diferença, entre o geral e o específico.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, Gaston. **O racionalismo aplicado**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Lisboa: Ed. 70, 2014.
- BARBOSA, M. A pesquisa em Comunicação no século XXI: bases para uma nova ciência?. IN: MELO, J. M. e GOBBI, M. C. Pensamento comunicacional latino-americano. São Paulo: Unesco/Metodista, 2004.
- BARROS, José D'A. A construção da teoria nas ciências humanas. Petrópolis: Vozes, 2018.
- BARROS, Laan M. Comunicador ou comunicólogo? Comunicação: Ciência Social Aplicada. In: LOPES, Maria I. V. (Org.) **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, pp. 35-47.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1991.
- BRAGA, J. L. Disciplina ou Campo? O desafio da consolidação dos estudos de Comunicação. In: FERREIRA, J.; PIMENTA, F. J. P.; SIGNATES, L. Estudos de Comunicação: transversalidades epistemológicas. São Leopoldo: Unisinos, 2010, pp. 23-36.
- BRAGA, José L. Constituição do campo da comunicação. In: VVAA. **O campo da comunicação**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.
- CALHOUN, C. Communication as social science. **International Journal of Communication**, n. 5, Vol. 1, 2011, pp.1479-1496.
- CRAIG, R. Communication Theory as a Field. **Communication Theory**, Vol. 9, no. 2, Maio 1999, pp. 24-32.
- DESCARTES, René. **Meditações sobre a filosofia primeira**. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- DONSBACH, W. The identity of communication research. **Journal of Communication** Vol. 56, no. 1, 2006, pp. 437-448
- DURKHEIM, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- FERRARA, Lucrécia. D'A. A comunicação: da epistemologia ao empírico. Trabalho apresentado no 23o. Encontro da Compós. Belém, Maio de 2014.
- FERREIRA, J. Questões e linhagens na construção do campo epistemológico da Comunicação. In: _____ (org.). Cenários, teorias e metodologias da Comunicação. Rio de Janeiro: e-papers, 2007.
- FOCAULT, Michel. **Ditos e Escritos - Vol. 2: Arqueologia das Ciências Humanas e História dos Sistemas de Pensamento**. Rio de Janeiro: Forense, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.
- FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos - Vol. 9: Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade**. Rio de Janeiro: Forense, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **História da Loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**, Vol. 1. Rio de Janeiro: Global, 2014.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Global, 2013.
- FOUCAULT, Michel. **O nascimento da clínica**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- FRANÇA, V. Paradigmas da Comunicação: conhecer o quê?. In: MOTTA, Luiz Gonzaga; FRANÇA, V., PAIVA, R. e WEBER, M. H. (orgs.) **Estratégias e culturas da comunicação**. Brasília: Editora UnB, 2001.
- FRANÇA, Vera R. V. Teoria(s) da Comunicação: busca de identidade e caminhos. **Revista da Escola de Biblioteconomia UFMG**. Belo Horizonte, Vol. 23, no. 2, jul-dez. 1994, pp. 138-152. Disponível em <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/38276/29816>>
- GUTING, Gary. **Foucault**. Oxford: OUP, 2019.
- LANG, Annie. Discipline in Crisis? The shifting paradigm of mass communication research. **Communication Theory**, Vol. 23, no. 1, 2013, pp. 10-24.
- LÖBLICH, Maria; SCHEU, Andreas M. Writing the History of Communication Studies: A Sociology of Science Approach. **Communication Theory**, no. 21, vol. 1, 2011, pp. 1-22.
- MARTINEAU, Harriet. **Como observar a moral e os costumes**. Petrópolis: Vozes, 2025.
- MARTINO, L. C. Apontamentos epistemológicos sobre a fundação e a fundamentação do campo comunicacional. In: CAPPARELLI, S. et alli. **A Comunicação Revisitada**. Porto Alegre: Sulina, 2005, pp. 45-64.
- MARTINO, Luiz C. (Org.) **Teoria da Comunicação: muitas ou poucas?** Cotia: Ateliê, 2007.
- MARTINO, Luiz C. **Escritos sobre epistemologia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michéle. **História das teorias da comunicação**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MATTOS, M. A. Intermitências epistêmicas da Comunicação. In: PINTO, J. e SERELLE, M. **Interações Midiáticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, pp. 7-15.

MELO, J. M. **História Política das Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2009.

PIGNATARI, Décio. **Contracomunicação**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

QUIROGA, Tiago. **Pensar a episteme comunicacional**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2013.

RUSSI-DUARTE, Pedro. Por que ensinar teorias (da comunicação)? XXXIII INTERCOM. Caxias do Sul: **Anais...** Universidade de Caxias do Sul, 6 a 9 de setembro de 2010.

SCHUTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**. Petrópolis: Vozes, 2018.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: Ed. UnB, 1991.

Original recebido em: 07 de fevereiro de 2026

Aceito para publicação em: 01 de abril de 2026

Luís Mauro Sá Martino

Doutor e Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero. Foi pesquisador-bolsista na Universidade de East Anglia (Inglaterra). Professor da Faculdade Cásper Líbero, Faculdade Paulus de Comunicação (Fapcom) e Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (Fecap). Este trabalho foi desenvolvido durante a vigência de uma Bolsa de Produtividade em Pesquisa do CNPq - processo no. 305133/2022-5.



Esta obra está licenciada com uma Licença
Creative Commons Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional